

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

	APENSADOS	
-		
-		
-		

AUTOR: (DC) SR TUCIANO ZICA)

N° DE ORIGEM

# EMENTA:

Acrosconta o § 2º ao artigo 1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõesobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação ás Leis nº 9 427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9 648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890 A. de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9 991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências"

	_		_	_
pm, sm	200	V 400	200	
	9015	$\Delta I$	20 H I	tone.

18/10/2006 (APENSE SE A(AO) PL 1921/1999.)

#### **ENCAMINHAMENTO INICIAL:**

ACCARQUIVO EM / /

COMISSÃO	DATA/E	NTRAD
	1	1
		1
		1
	1	1
	1	1
	1	1

1	PRAZO DE EMENDAS	3
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	1 1	1 1
		1 /
		1 /
	1 1	1 1
	1 1	
	1 1	1 1
	1 1	1 /

DISTRIBUIÇÃO	/ REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	I	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	1
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:		
Comissão de:	Em:	1	7

DCM 1822 (AGO/03)

TY O'Y





# PL 5.963/2005

Autor:

Luciano Zica

Data da

28/09/2005

Apresentação:

Ementa:

Acrescenta o § 2º ao artigo 1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências".

Forma de Apreciação:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Apreciação

Apense-se à(ao) PL-1921/1999.

Despacho:

Texto

Prioridade

Regime de tramitação:

Em 18/10/2005

ALDO REBELO Presidente

5963

### PROJETO DE LEI Nº ,de 2005. (do Sr. Luciano Zica)

Acrescenta o § 2º ao artigo 1º da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, que "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências".

#### O Congresso Nacional decreta:

Art.1° - Acrescenta-se o § 2° ao artigo 1° da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, renumerando-se os demais:

"Art. 1°.....

§ 2º Para efeito de classificação do consumidor na Subclasse Residencial Baixa Renda não serão considerados os consumos referentes à utilização de equipamentos necessários a procedimentos terapêuticos prescritos pelo Sistema Único de Saúde, SUS. "

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

# **JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto é de suma importância pois facilitará o acesso dos pacientes classificados como *consumidores de baixa renda* a tratamentos domiciliares que demandem consumo de energia, fazendo com que os gastos com estes tratamento não sejam contabilizados para classificação nesta faixa de consumo. Ademais, a tarifa paga pela energia consumida no tratamento será a da faixa de baixa renda a qual o paciente está enquadrado.

Como exemplo, podemos citar a oxigenoterapia prolongada domiciliar, que é capaz de melhorar a qualidade de vida de pacientes portadores de bronquite crônica tabágica com insuficiência respiratória crônica (IResC). Levando-se em conta que a terapêutica costuma reduzir muito o número de internações, há uma compensação financeira, além do indiscutível benefício para o paciente, mantido em seu ambiente familiar.

Cremos que esta iniciativa, na forma deste Projeto de Lei, pode facilitar sobremaneira o acesso de pacientes de baixa renda a tratamentos domiciliares, melhorando a qualidade de vida bem como reduzindo custos hospitalares. Contamos com o apoio dos senhores parlamentares para a aprovação desta proposição.



Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005.

Deputado LUCIANO ZICA PT/SP

## Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: PL-1921/1999 📷

Autor: Senado Federal - Geraldo Melo - PSDB/RN & e co-autores .

Data de Apresentação: 21/10/1999

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Prioridade

Origem: PLS-118/1999

Situação: CTASP: Aguardando Deliberação.

Ementa: Institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda e dá outras providências.

Indexação: CRIAÇÃO, TARIFAS, NATUREZA SOCIAL, FORNECIMENTO, ENERGIA ELETRICA, ATENDIMENTO, CONSUMIDOR, IMOVEL RESIDENCIAL, CLASSIFICAÇÃO, BAIXA RENDA, LIMITAÇÃO, RENDA, AREA, RESIDENCIA, FAVELA, CONJUNTO HABITACIONAL, HABITAÇÃO POPULAR, COMPETENCIA, (ANEEL), FIXAÇÃO, VALOR, CONTAS, PRAZO DETERMINADO, PROIBIÇÃO, ACRESCIMO, INCLUSÃO, BENEFICIARIO, PROGRAMA, ELETRIFICAÇÃO, DOMICILIO, RESPONSABILIDADE, GOVERNO ESTADUAL, PREFEITURA, USUARIO, EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COMPANHIA DISTRIBUIDORA, PRIVATIZAÇÃO, HIPOTESE, TRABALHADOR, DESEMPREGADO, GRATUIDADE, SUPRIMENTO, LUZ, EXIGENCIA, COMPROVAÇÃO, SEGURO DESEMPREGO.

Despacho:

1/12/1999 - DESPACHO A CTASP, CME E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24, II. APENSEM-SE A ESTE OS PL. 1630/99, PL. socialda isen descrip. I INSS 2987/97 E SEUS APENSADOS. (NOVO DESPACHO).

Pareceres, Votos e Redação Final

- CTASP (TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO)

PRL 1 CTASP (Parecer do Relator) - Cláudio Magrão 🚜

PL 2987/1997 PL 1630/1999 PL 1946/1999 PL 2406/2000 PL 3124/2000 Libe conte desemp

PL 3134/2000 PL 3136/2000 PL 4068/2001 PL 4328/2001 PL 4366/2001

PL 4746/2001 PL 6202/2002 PL 6247/2002 PL 7433/2002 PL 3430/2004 isen caretes tarifa agre.

as tures very Requerimentos, Recursos e Oficios

- PLEN (PLENARIO)

REQ 2355/2004 (Requerimento de Reconstituição de proposição) - Tarcisio Zimmermann -Presidente da CTASP

#### Última Ação:

17/8/2005 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) -Parecer do Relator, Dep. Cláudio Magrão, pela rejeição deste, do PL 1630/1999, do PL 1631/1999, do PL 1946/1999, do PL 2406/2000, do PL 2987/1997, do PL 3124/2000, do PL 3134/2000, do PL 3136/2000, do PL 4083/1998, do PL 4068/2001, do PL 4328/2001, do PL 4366/2001, do PL 4746/2001, do PL 6202/2002, do PL 6247/2002, do PL 7433/2002, do PL 96/2003, e do PL 4616/2004, apensados, e pela aprovação do PL 3430/2004, apensado. 🔊

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
21/10/1999	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei pelo Senado Federal - Geraldo Melo e outros
12/11/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) A CTASP, CFT (ARTIGO 54 DO RI) E CCJR (ARTIGO 54 DO RI). APENSE-SE A ESTE O PL 1630/99.(DESPACHO INICIAL)
23/11/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  Apense-se a este o PL 1.946/1999.

24/11/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFERIDO OF 212/99, DO DEP GILBERTO KASSAB, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL. 1946/96, DESTE, TENDO EM VISTA QUE A APENSAÇÃO FOI FEITA NOS TERMOS REGIMENTAIS (ARTIGO 139 DO RI).
1/12/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) DESPACHO A CTASP, CME E CCJR (ARTIGO 54 DO RI) - ARTIGO 24, II. APENSEM-SE A ESTE OS PL. 1630/99, PL. 2987/97 E SEUS APENSADOS. (NOVO DESPACHO).
6/12/1999	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) INDEFERIDO OF 212/99 DO DEP GILBERTO KASSAB, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DO PL 1946/99 DESTE, TENDO EM VISTA QUE A APENSAÇÃO FOI FEITA NOS TERMOS REGIMENTAIS (ARTIGO 139 DO RI). DCD 07 12 99 PAG 59855 COL 02.
13/12/1999	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) RELATOR DEP HERCULANO ANGHINETTI.
13/12/1999	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.
3/2/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  Apense-se a este o PL 2.406/2000.
28/3/2000	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.
30/5/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3.124/2000.
14/6/2000	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 3.136/2000.
9/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 4.068/2001.
22/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4328/2001.
29/3/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4366/2001.
25/5/2001	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-4746/2001.
2/4/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6202/2002.
2/4/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6247/2002.
17/12/2002	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL 7.433/2002.
26/2/2003	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Designado Relator, Dep. Herculano Anghinetti
23/10/2003	Seção de Proposições Legislativas/CEDI (SPLET-CeDI)  Correção da Distribuição para excluir a CFT e incluir a CME, para pronunciar-se após a CTASP conforme NovoDespacho.
7/5/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-3430/2004.
19/1/2005	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP, com as proposições PL-2406/2000, PL-1630/1999, PL-1631/1999, PL-4083/1998, PL-7433/2002, PL-6247/2002, PL-2987/1997, PL-4616/2004, PL-96/2003, PL 6202/2002, PL-3430/2004, PL-4328/2001, PL-4366/2001, PL-3124/2000, PL-4746/2001, PL-4068/2001, PL-3134/2000, PL-3136/2000, PL-1946/1999 apensadas.

28/4/2005	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)  Designado Relator, Dep. Cláudio Magrão (PPS-SP)	
17/8/2005	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)  Parecer do Relator, Dep. Cláudio Magrão , pela rejeição deste, do PL 1630/1999, do PL 1631/1999, do PL 1946/1999, do PL 2406/2000, do PL 2987/1997, do PL 3124/2000, do PL 3134/2000, do PL 3136/2000, do PL 4083/1998, do PL 4068/2001, do PL 4328/2001, do PL 4366/2001, do PL 4746/2001, do PL 6202/2002, do PL 6247/2002, do PL 7433/2002, do PL 96/2003, e do PL 4616/2004, apensados, e pela aprovação do PL 3430/2004, apensado.	
4/10/2005	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Retirado de pauta a pedido de Deputado.	

### **Nova Pesquisa**